



CONSTITUIÇÃO

Melhor do que o esperado

A Assembléia Nacional Constituinte encerrou seus trabalhos. Está aí a Constituição, conservadora, sem reforma agrária e sem a democratização do Estado. Os poderosos fingem chorar mas estão de barriga cheia. Não poderia ser diferente, afinal, quase 80% dos deputados eram do PMDB e do PFL, donos da Nova República. Na questão da terra levaram o país para trás: o Estatuto da Terra, promulgado pelos militares, era mais progressista. Mantiveram também o poder militar com ampla capacidade de

intervenção, inclusive para manter a ordem e já vimos o que eles entendem por ordem em Volta Redonda. A Justiça mudou muito pouco, sem falar na questão da posse e do uso do solo urbano e na questão financeira onde o reino da especulação permaneceu intocado. Se o sistema tributário melhorou, cabendo mais dinheiro aos Estados e Municípios, continuam as desigualdades sociais: na prática os pobres pagam mais impostos do que os ricos, porque na compra de cada produto todos pagam o mesmo imposto, seja qual for o tamanho

de sua bolsa. E o que dizer da injustiça da transferência de dinheiro público para o ensino privado?

Entretanto, o resultado foi melhor do que o esperado. As conquistas obtidas no campo dos direitos individuais e coletivos, dos direitos sociais, na defesa da ecologia, na proteção à saúde, inclusive com a proibição da comercialização do sangue, no tratamento de aposentados e pensionistas, justificam amplamente a presença do PT na Constituinte. O trabalho das forças de esquerda, atuando quase

sempre em comum, ao lado da pressão popular, permitiram que tirássemos leite das pedras e possibilitaram um resultado positivo. Quem mais se decepciona é quem esperava uma Constituição que atendesse a todas as nossas reivindicações. Mas este nunca foi o nosso caso. Sem a presença de Vladimir e de outros deputados do PT não teríamos hoje estas conquistas. Por isso valeu o esforço, valeu a presença. Valeu o seu voto. Valeu a nossa luta.

Vladimir cumpriu

Vladimir honrou os compromissos da campanha. Batalhou pelas idéias defendidas nas ruas, com as quais obteve o mandato de parlamentar. E apresentou emendas que tentaram incorporar no texto da Constituição as conclusões dos Grupos de Trabalho formados durante o processo eleitoral de 1986 (veja pg. 2 algumas das emendas apresentadas pelo nosso deputado). Discursou defendendo as teses de sua campanha ou

as posições gerais do PT, como por exemplo na sessão dedicada à ordem econômica (o discurso encontra-se à disposição de quem se interessar — é só ligar para o gabinete).

Ainda na área econômica, **Vladimir** coordenou o trabalho do PT, particularmente em relação aos princípios gerais. Dirigiu, em nome do partido, as negociações que acabaram levando a resultados positivos, sobretudo se levarmos em

consideração a força dos conservadores. Assim, ganhamos uma boa definição de empresa nacional — ela será apoiada quando interesse ao desenvolvimento do país, garantindo-se inclusive a possibilidade de reserva de mercado.

Ganhamos também o reforço do monopólio estatal do petróleo. E ganhamos principalmente a nacionalização da exploração mineral, uma vitória histórica das forças comprometidas

com a independência nacional.

Além disso, **Vladimir** defendeu em Plenário algumas reivindicações importantes, contribuindo para a conquista de várias, entre as quais merece destaque a anistia para os trabalhadores das estatais. A sua defesa mais marcante foi em favor do presidencialismo que ajudou a garantir para o nosso povo o direito de eleger diretamente seus governantes.

Quando a emenda é melhor do que o soneto

Relacionamos a seguir as principais emendas apresentadas por **Vladimir** ao longo das diferentes fases da Constituinte. Quando não aparecem temas levantados na campanha é porque outros deputados do PT estavam encarregados de emendá-los. É preciso ainda esclarecer que algumas das emendas foram extraídas do ante-projeto de Constituição aprovado pelo PT e formulado com base em trabalho apresentado pelo professor Fabio Comparato.

Propriedade

Limitação do direito à propriedade, subordinando-o à sua função social, garantida a propriedade necessária a uma vida digna e decente. Garantia do usucapião a todo não proprietário, independentemente de boa fé ou justo título, desde que o terreno esteja ocupado por mais de três anos.

Direitos Trabalhistas

Direito incondicional de greve, liberdade sindical, participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas. Imunidade para representantes das associações ou comissões de trabalhadores formadas em empresas públicas ou privadas e fundações.

Aposentadoria e pensões

Paridade dos aposentados com os trabalhadores da ativa. Paridade nos reajustes. 100% de benefício para os pensionistas.

Liberdades

Plena liberdade de organização partidária. Fim da censura. Fim do serviço militar obrigatório. Abolição do poder de veto do Presidente da República e limitação dos poderes do

Conselho de Defesa, órgão que substituiu o extinto Conselho de Segurança Nacional.

Proteção ao consumidor

Fazer da proteção ao consumidor um princípio constitucional. Formulação de legislação específica neste sentido.

Meio ambiente

Definição de crimes contra o meio ambiente, com punição das empresas e responsáveis diretos pelos prejuízos causados.

Comunicação

Criação do Conselho Comunitário de Comunicação, formado por representantes da sociedade civil e responsável pela concessão de canais de Rádio e Televisão. Limitação do alcance das emissoras de televisão e limitação do direito de propriedade de emissoras de televisão no país (cada pessoa física ou empresa só poderia ter uma só emissora). Limitação do tempo das redes nacionais a um máximo de duas horas diárias, limitando-se igualmente o tempo de programas produzidos pela própria emissora. Criação do Fundo Nacional de Comunicação, financiado por uma taxa sobre a receita

bruta comercial das emissoras, para apoiar e estimular as televisões comunitárias.

Serviços Públicos

Democratização do serviço público, institucionalizando o controle e a participação populares, reduzindo-se as concessões às empresas privadas: exigência de licitação, tarifas módicas e boa qualidade de serviço sob pena de cassação da concessão.

Empresa Nacional

Definição do conceito de empresa nacional de forma mais rigorosa, acentuando-se o controle efetivo da empresa pelo capital nacional e a capacitação de gerar tecnologia própria. Impedir que as multinacionais se fantasiem de nacionais.

Telecomunicações

Estatização dos serviços de telecomunicações e transmissão de dados, lançamentos de sistemas espaciais e coleta e difusão de informações meteorológicas.

Exploração mineral

Nacionalização da exploração mineral e exploração estatal no caso de minerais estratégicos. Limitação da exploração em terras indígenas a empresas

estatais mediante prévia autorização do Congresso Nacional e das nações indígenas concernidas. Reforço do monopólio estatal da exploração do petróleo.

Auditoria da dívida externa

Criação de uma comissão para auditoria da dívida externa. Limitação dos pagamentos anuais da dívida.

Cartórios

Estatização dos cartórios.

Reforma urbana

Separação do direito de propriedade e do direito de construção. Desapropriação, em títulos da dívida pública, dos imóveis urbanos, exceto quando necessários para a sobrevivência da família. Prioridade do uso social da terra em detrimento do direito de propriedade, sempre e quando se tratasse de garantir as exigências fundamentais de habitação, transporte, saúde, educação, lazer e cultura popular.

Reforma Agrária

Limitação do tamanho da propriedade agrícola a um máximo de cem módulos regionais. Desapropriação de terras e benfeitorias em títulos da dívida agrária, com um prazo de carência de cinco anos e resgatáveis no prazo de até vinte anos.





Na rua e no Parlamento sempre com o movimento

Apesar de estar sempre nas votações, **Vladimir** não ficou somente em Brasília. Esteve presente em dezenas de comícios e passeatas: manifestações da CUT. Dos bancários. Dos professores. Apoiou a greve geral e esteve no Rio de Janeiro no dia em que ela ocorreu. Apoiou também o movimento do povo carioca contra o aumento abusivo dos preços dos ônibus. E ainda participou de todos os movimentos pelas diretas-já, exigindo quatro anos para Sarney. Finalmente, não deixou de estar, junto com o povo, no Largo de São Francisco, na grande manifestação de repúdio à presença de Sarney no Rio. Em Brasília, **Vladimir** não se limitou a lutar para que os direitos dos trabalhadores fossem inscritos na Constituição. Apoiou as lutas políticas e sindicais, na rua e no parlamento. Discursou em favor de diversas greves: dos marítimos, dos bancários, dos professores da rede particular e da rede pública, dos metalúrgicos do Rio de Janeiro e de Volta Redonda, dos telefônicos, dos funcionários do Correio, do funcionalismo público, dos funcionários da Serpro e do IRBE, dos ferroviários. Apoiou os estudantes no movimento contra o aumento exagerado das mensalidades. Solidarizou-se com os trabalhadores agrícolas, posseiros de Pinheiral, de Cabo Frio e de Itaguaí. E esteve ao lado

dos trabalhadores da Nuclen e da Cobra, empresa ameaça de extinção. Encaminhou igualmente a defesa dos interesses de várias categorias profissionais junto a diversos Ministérios. Ora sozinho, ou acompanhado de delegações de trabalhadores, esteve em audiências com o Ministro da Agricultura, defendendo os posseiros de Pinheiral, com dois Ministros da Reforma Agrária, falou sobre a situação dos posseiros de Pinheiral, de Nova Iguaçu e de Itaguaí, denunciou o assassinato de Sebastião Lan e pediu providências para resolver os conflitos de terras. Com o Ministro das Minas e Energia defendeu o pessoal da Nuclen. Com o da Ciência e Tecnologia argumentou contra a extinção da Cobra. Reivindicou do Presidente do Banco Central a suspensão das demissões de trabalhadores. E com o Ministro da Educação solicitou verbas para as Universidades Federais. E, sempre que possível, **Vladimir** esteve nas audiências públicas das sextas-feiras, de 12 às 14 hs., informando, consultando, debatendo com seus eleitores e com a população do Rio de Janeiro. Esta foi a concepção de mandato parlamentar defendida na campanha. E cumprida depois da eleição. Coerência política a serviço dos movimentos populares — uma marca registrada do PT.

VOLTA REDONDA

O massacre não será esquecido

Em Volta Redonda, na noite de 9 de novembro, uma quarta-feira, houve um massacre. Brutal e covarde. Mais uma vez o país assistiu, perplexo, o exército pago pela nação voltando suas armas e atirando — com balas de verdade — contra cidadãos brasileiros desarmados. Podemos tirar lições deste acontecimento? Há uma lógica neste aparente absurdo? A primeira lição é encorajadora: o povo não recuou. A greve continuou. E as reivindicações foram conquistadas: devolução da URP roubada, turno de 6 horas, aumento salarial. Não compensa as mortes dos jovens operários. Mas foi um estímulo. E uma lição de combatividade. Em segundo lugar: o povo brasileiro tomou partido. Ficou com os grevistas e contra os covardes que atiraram. Com os operários e contra a repressão. Com a luta e contra o governo. E deu o troco que veio nas urnas. Ninguém ignora que os acontecimentos de Volta Redonda fizeram desbordar a indignação popular, fortalecendo a opção de muitos em votar nos partidos populares e, especialmente, no PT. A virada que já havia começado ganhou fôlego e tomou uma velocidade que surpreendeu os mais atilados

analistas políticos. Como os metalúrgicos, o povo não se atemorizou. Indignou-se. O tiro da repressão do exército saiu pela culatra: em vez de meter medo provocou repulsa e desprezo. E raiva. As vezes acontece... Algumas perguntas estão no ar. O que pretendiam os que deram a ordem, ou os que foram seus cúmplices, ativos ou por omissão? Queriam uma explosão social? Precipitar um enfrentamento? Melar o processo eleitoral que se avizinhava? A incompetência tem limites em política. E por trás de aparentes absurdos, esconde-se freqüentemente uma lógica. Não haveria a intenção, entre os que mandaram apertar gatilhos, de ver o circo pegar fogo? Mas se enganaram: o movimento operário cresceu muito. Amadureceu. Não deixará de lutar, mas não pretende confrontar-se com forças superiores em momentos e lugares que não escolheu. Uma outra questão não pode deixar de ser feita: o exército continuará fazendo papel de polícia? A Constituição deixou a porta aberta ao permitir a intervenção das forças armadas para a defesa da "ordem" e isto foi aprovado por muitos "liberais" e "democratas" que agora choram lágrimas de crocodilo diante das mortes consumadas. É preciso discutir esta questão. O povo não paga, alimenta e veste soldados para que eles atirem em cidadãos desarmados. Continuaremos tolerando — até quando — as funções repressivas do Exército? Finalmente um registro, que o povo já fez, votando: o governo federal é o grande responsável pelo massacre. E o governo estadual foi passivo, inerte, cúmplice por omissão. Isto o povo já mostrou que não esquecerá. Nem perdoará.



O PT na Constituinte

A atuação da bancada do PT foi muito boa. Basta ver as apreciações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — O DIAP — que atribuiu excelentes conceitos a todos os deputados do PT. A bancada soube atuar como um time bem entrosado: não somente cada deputado fez sua parte, ocupando-se de um determinado ponto dos trabalhos da Constituinte, como também todos procuraram acertar o passo, decidir em conjunto o rumo geral que se deveria tomar. Nem sempre isto se fez sem debates e até mesmo sem divergências, o que é normal num partido democrático como o PT.

Entretanto, para que o trabalho tivesse resultados positivos, a bancada precisou resolver duas questões essenciais. Em primeiro lugar, foi necessário optar entre privilegiar o discurso e a "marcação" de posições ou tentar, na medida do possível, obter conquistas concretas para os trabalhadores. Havia uma tendência, muito comum na história da esquerda brasileira,

em cair na retórica, no verbalismo, desprezando a conquista de reivindicações concretas. Desde a campanha, **Vladimir** defendeu a idéia de que deveríamos lutar para garantir vitórias concretas, mesmo que parciais. E esta foi a posição que terminou predominando na bancada.

Em conseqüência, trabalhamos cuidadosamente para unir a esquerda e dividir a direita, conduzindo uma política de alianças correta. O resultado está aí: sem tal política jamais teríamos alcançado o que a Constituição tem de positivo.

Em segundo lugar, a bancada discutiu se privilegiava o trabalho parlamentar em si mesmo ou a luta mais geral dos movimentos sociais em defesa de seus interesses políticos e sindicais. Muitas vezes, de fato, a esquerda no Brasil assumiu uma visão estreita no parlamento, fechando-se nos corredores, nos plenários e nos gabinetes e esquecendo a importância decisiva das lutas diretas, devidamente combinadas, é claro, com a batalha parlamentar.

A bancada aprovou a idéia que enfatizava a luta fora da Constituinte e por isso pudemos participar de amplas negociações sem perder a ótica dos conflitos sociais em curso.

Por isso pudemos apoiar a publicação dos cartazes da CUT e do PT que foram importantes para dismantelar o Centrão. E fortalecer as iniciativas que vinham de fora da Constituinte. Além disso, **Vladimir** teve um papel de destaque na discussão do projeto de Constituição. De acordo com o Diretório Regional do Rio de Janeiro, conseguiu que nossos argumentos fossem defendidos de forma mais clara. Sua intervenção foi decisiva em defesa do ensino público e gratuito, do presidencialismo, do voto aos dezesseis anos e do meio ambiente.

Finalmente, e ao lado dos deputados Virgílio Guimarães, Eduardo Jorge e Florestan Fernandes, **Vladimir** defendeu o voto **não** ao projeto de Constituição do primeiro turno.

A maioria da bancada preferiu optar por votar **sim**, argumentando que era

necessário defender a Constituinte contra os ataques de Sarney e as ameaças de zerar a Constituição. A nosso ver, foi um recuo injustificável. Mas nos submetemos à disciplina partidária, com declaração de voto.

Os recentes elogios de Sarney e dos Ministros militares à nova Constituição confirmam que boa parte da gritaria da direita era jogo de cena. Mantemos nossa compreensão de que deveríamos votar **não**. Esta discussão nada tem a ver com a idéia de não se assinar a Constituição. A assinatura não é um ato de apoio, mas um mero reconhecimento de que foi aprovado um texto constitucional. Não assinar seria desconhecer a validade da Constituição e isto somente seria possível se o PT optasse pelo confronto final com as forças conservadoras, o que não é o caso. Portanto, defendemos a assinatura da Constituição pelos deputados do PT, o que foi aprovado pela bancada. Aprofundar o debate destas questões é prova de vitalidade democrática, um compromisso essencial do PT.

ELEIÇÕES 88

O povo escolheu a estrela

Dos cidadãos comuns aos mais experimentados analistas, todos parecem reconhecer: o PT foi o grande vencedor das eleições de 88. A **virada** beneficiou os demais partidos populares, que também saíram vitoriosos: o PDT, os PCs, o Partido Verde, além de outros partidos menores.

Ainda é cedo para as análises minuciosas (e necessárias) sobre o desempenho eleitoral do PT — em cada Estado e nas cidades principais. Mas é possível desde já trazer algumas questões para o debate.

Em primeiro lugar, o reconhecimento aos que lutaram na campanha. O começo foi incerto. O processo foi árido: lutávamos menos com adversários do que com a descrença de um povo aparentemente desiludido. Sem contar os problemas tradicionais de um partido de trabalhadores: dinheiro sempre curto, falta de infra-estrutura, etc. Nos últimos dias, já se sentia vir a vitória. Mas o trabalho de boca de urna foi decisivo para o sucesso de

nossos candidatos. O elogio dos militantes comuns do PT não pretende estimular nenhum baluartismo. Apenas reafirmar uma verdade simples que a euforia das vitórias muitas vezes esconde: uma alternativa partidária se constrói com muita paciência e determinação, ao longo do tempo e com uma perspectiva a longo prazo.

Em segundo lugar, onde o PT ganhou, destacou-se pela qualidade de suas propostas e por uma postura ética — que o distinguia dos demais partidos. É preciso cultivar e aprofundar estas virtudes. O discurso grandiloquente e a retórica vazia convencem cada vez menos. As propostas adequadas aos problemas é que tendem a captar confiança e a mobilizar.

Em terceiro lugar, a questão das alianças. O processo eleitoral demonstrou que é possível ampliar alianças sem perder a identidade partidária. A diluição leva a renúncias. E descaracteriza o Partido. Uma política de alianças correta passa pela afirmação do perfil

do PT. E ganha eleições. No momento atual a alegria é legítima, mas é preciso cuidado com a euforia e a retórica. Não estamos no **poder**, apenas ocupamos alguns governos municipais importantes. Temos desafios enormes pela frente. As forças conservadoras espreitam e farão o possível e o impossível para inviabilizar os governos municipais do PT. Temos recursos: um bom programa (transparência e participação), boas propostas de reformas. Apoio popular e militância. Se soubermos combinar a ação dos governos com a mobilização dos movimentos sociais estaremos dando passos seguros para crescer como alternativa em 89. É uma possibilidade que aponta no horizonte. A vitória eleitoral em 88 fez crescer os desafios. E as responsabilidades. O PT pode estar diante de um teste decisivo para seu projeto. O povo confiou na estrela — que subiu. Cabe a nós trabalhar agora para que a estrela do PT esteja à altura do momento.

Vladimir estará, como sempre, todas as sextas-feiras, na esquina de São José com Rio Branco, em sua conhecida e concorrida audiência popular. Vá, veja, participe de 12:30 às 14:30hs. Para marcar uma visita de Vladimir Palmeira à sua comunidade, núcleo ou diretório, é só ligar e falar com Bia ou Glória. No Rio de Janeiro o endereço e o telefone continuam os mesmos: Rua Francisco Serrador, 90/1801, Tel.: 220-7111. Em Brasília, Vladimir pode ser encontrado no Anexo III, Gabinete 379 da Câmara dos Deputados, ou pelos telefones (061) 225-4664 e 213-5379. Regina e Bia o assessoram por lá.